



POLARIZAÇÃO POLÍTICA E A CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL: LIÇÕES DO 8 DE JANEIRO PARA O FUTURO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.

DAVID HENRIQUE DA SILVA FELIX

RESUMO

Este artigo analisa a polarização política no Brasil contemporâneo e seus impactos diretos na democracia, com foco na tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro de 2023. Nesse dia, grupos radicais ligados ao bolsonarismo invadiram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, em um ataque sem precedentes contra as instituições democráticas do país. A pesquisa busca discutir os fatores fundamentais que contribuíram para o agravamento desse cenário, que ficou gravado na história da democracia brasileira, destacando a manipulação de narrativas por meio de fake news, a radicalização política alimentada por discursos extremistas e a crescente polarização entre as diferentes correntes ideológicas. Além disso, o estudo aborda a ausência de diálogo construtivo entre os diferentes campos políticos, a criminalização da oposição e a sistemática violação de normas democráticas, culminando em crimes contra o estado de direito. Todavia, também reflete sobre os riscos para a estabilidade democrática no Brasil e as possíveis soluções para restaurar o equilíbrio político e a confiança das instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Polarização política, Notícias falsas, Bolsonarismo, democracia brasileira, 8 de janeiro.

ABSTRACT

This article aims to analyze political polarization in contemporary Brazil and its direct impacts on democracy, focusing on the attempted coup that occurred on January 8, 2023. On that day, radical groups linked to Bolsonarism invaded the National Congress, the Federal Supreme Court (STF) and the Palácio do Planalto, in an unprecedented attack against the country's democratic institutions. The research seeks to discuss the fundamental factors that contributed to the worsening of this scenario, which was recorded in the history of Brazilian democracy, highlighting the manipulation of narratives through fake news, political radicalization fueled by extremist speeches and the growing polarization between different ideological currents. Furthermore, the study addresses the lack of constructive dialogue between different political camps, the criminalization of the opposition and the systematic violation of democratic norms, culminating in crimes against the rule of law. The article also reflects on the risks to democratic stability in Brazil and possible solutions to restore political balance and trust in institutions.

KEYWORDS: Political polarization, Fake news, Bolsonarism, Brazilian democracy, January 8th.



INTRODUÇÃO

A crise desencadeada em 8 de janeiro de 2023 não pode ser vista de forma isolada, ela se insere em um contexto mais amplo, no qual o discurso de ódio, a disseminação de desinformação e a incitação à violência se tornaram práticas recorrentes, especialmente nas redes sociais. Nesse cenário, as plataformas digitais desempenham um papel central, funcionando como catalisadoras de narrativas que intensificam a polarização e minam a desconfiança nas instituições. Esse ambiente, propício à radicalização, foi exacerbado por líderes políticos que, em nome de uma suposta luta ideológica, têm alimentado discursos que atentam contra os valores democráticos e buscam enfraquecer as bases do Estado de Direito.

Compreender as origens dos acontecimentos daquele dia é uma tarefa complexa. O episódio de 8, não é resultado apenas de fatores locais, mas de um processo mais longo, que envolve repercussões globais e mais de uma década de transformações e períodos de instabilidade política no Brasil. O aumento da polarização política, especialmente após a eleição presidencial de 2022, acirrou ainda mais as tensões e preparou o terreno para a eclosão de manifestos golpistas. A dualidade ideológica se tornou um fenômeno crescente no país e tem gerado impactos profundos na estabilidade democrática, colocando em risco os pilares do sistema político.

Nessa perspectiva, Michel Foucault, ao abordar o poder e seus mecanismos, afirma que “o poder se exerce, não apenas nas instituições, mas também através de discursos que constroem a realidade social” (Foucault, Vigiar e Punir). Esse “poder discursivo”, como Foucault explica, tem a capacidade de moldar a percepção da realidade e influenciar as ações dos indivíduos. Nesse contexto, líderes políticos ao se utilizarem desse poder, criam narrativas que alimentam a radicalização. No caso de 8 de janeiro, o uso do poder discursivo foi patente, com grupos políticos promovendo um discurso que atingiu diretamente as instituições democráticas e incitou a violência.

O episódio da invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília representou um ponto de inflexão no cenário político nacional, revelando a fragilidade das instituições democráticas e o agravamento do clima de radicalização. Sendo assim, mais do que uma crise institucional, esse evento simboliza as tensões exacerbadas que permeiam o debate político no Brasil e coloca em risco os alicerces da democracia.

Contexto Histórico da Polarização Política no Brasil.

A polarização política no Brasil tem se intensificado ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças no cenário social, econômico e político. Esse fenômeno é resultado de uma série



de fatores históricos que ajudaram a moldar a maneira como os cidadãos se posicionam em relação às questões políticas, ideológicas e partidárias. Nesse pensamento, a polarização política no Brasil tem se intensificado ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças no cenário social e econômico. Esse fenômeno é resultado de uma série de fatores históricos e contextuais que ajudaram a moldar a maneira como os cidadãos se posicionam em relação às questões políticas, ideológicas e partidárias. Nesse pensamento, o sociólogo e ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC) destaca, em sua obra “A Arte da Política: A História que Vivemos” (2006), a complexidade do cenário político brasileiro e as transformações que marcaram o país, Fernando, reflete sobre sua trajetória política e os eventos históricos que moldaram o Brasil, especialmente sua experiência como presidente. Além disso, Ele analisa o processo de democratização, os desafios políticos e as tensões sociais que influenciaram a política brasileira ao longo do tempo.

Essas tensões estruturais, conforme destaca FHC em (A Arte da Política: A História que vivemos), não surgem de maneira isolada, mas estão profundamente enraizadas nas desigualdades históricas do país, como a concentração de riqueza e o acesso desigual a oportunidades. A evolução das políticas públicas, desde o período colonial até os tempos contemporâneos, reflete essas desigualdades, que geram uma constante divisão entre diferentes segmentos da sociedade. Essa fragmentação política, por sua vez, se intensifica à medida que a população se polariza, com grupos distintos defendendo modelos de desenvolvimento e visões de país muitas vezes opostas. Nesse contexto, Fernando Henrique Cardoso, ao longo de sua obra, argumenta que a superação dessas divisões exige uma reflexão profunda sobre a construção de um pacto social que busque reduzir as desigualdades e que seja capaz de integrar as diversas vozes da sociedade em um processo democrático mais coeso e eficiente. Ele enfatiza que a política no Brasil precisa ser vista como uma arte que requer habilidade para lidar com as tensões sociais e políticas, e que o país só poderá avançar por meio de uma governança que une interesses diversos e contrários. Portanto, a análise de Cardoso sobre as tensões econômicas e sociais no Brasil nos ajuda a entender como a polarização atual não é apenas um fenômeno superficial, mas um reflexo das desigualdades estruturais e de um contexto histórico que persistem em se repetir no país. Dessa forma, a obra é usada para refletir sobre a origem das tensões estruturais e sociais que moldam a polarização política no Brasil.

Nesse sentido, tudo parece ter início no fim da Ditadura Militar (1964-1985), onde o Brasil experimentou um processo de redemocratização que culminou na Constituição de 1988. A partir desse momento, o país passou a vivenciar uma maior liberdade política, o que abriu espaço para o surgimento de diversos partidos e movimentos com ideologias mais variadas. Entretanto, o ano de 1990 representou um período de ajuste econômico difícil, como o



Plano Collor e a abertura de mercado, que geraram tensões e desigualdades, criando um ambiente propício para o surgimento de movimentos tanto à direita quanto à esquerda.

O início dos anos 2000 trouxe uma significativa mudança com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Lula se tornou uma figura central da política brasileira, representando as camadas mais populares da sociedade, com promessas de redução da pobreza e crescimento econômico. Seu governo, que durou de 2003 a 2010, consolidou um modelo de inclusão social e política, mas também aprofundou a polarização, principalmente com os escândalos de corrupção, como o Mensalão, que marcou a gestão.

Ainda nessa lógica, outro fato muito importante da história do país foi o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, quando 2016, foi um marco na intensificação da polarização política no Brasil. O processo de destituição de Dilma, acompanhado por protestos e manifestações em todo o país, dividiu a população entre aqueles que viam o impeachment como um golpe e outros que apoiavam como um meio legítimo de afastar um governo que, para muitos, falhou na gestão econômica. Segundo o senado notícias, na justificação para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade, pela prática das chamadas “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos com abertura de crédito sem a autorização do Congresso. Esse período gerou um acirramento nas disputas entre direita e esquerda, criando um cenário político cada vez mais fragmentado.

Os casos do impeachment de Dilma e Collor podem ser caracterizados por momento de crise econômica e baixa popularidade dos presidentes. Dilma, no início, contava com ampla base aliada do Congresso, o que foi diminuindo ao longo do julgamento. Já Collor governou com baixo apoio parlamentar. Dilma teve forte apoio de movimentos sociais e de organizações sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que organizou manifestações contrárias ao impeachment. A acusação argumentou que os decretos autorizaram suplementação do orçamento em mais de R\$ 95 bilhões e contribuíram para o descumprimento da meta fiscal de 2015. Disseram que o governo sabia da irregularidade porque já havia pedido revisão da meta quando editou os decretos e que o Legislativo não tinha sido consultado, como deveria ter sido feito antes da nova meta ser aprovada. Em relação às pedaladas, a acusação disse que não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o acúmulo dos débitos serviu para fabricar superavit fiscal que não existia e para criar uma situação positiva das contas públicas que não era verdadeira. O objetivo das “pedaladas”, como afirmaram, teria sido, portanto,



esconder a real situação fiscal do país. Fonte: Agência.

Além disso, a polarização atingiu um ponto crítico nas eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro, ex-militar e candidato à presidência, foi eleito com um discurso abertamente de direita, se posicionando como antissistema e anti-PT. Sua vitória refletiu a crescente insatisfação com os partidos tradicionais e com a corrupção sistêmica, além do medo de uma possível “ameaça comunista” que surgiu com a ascensão de movimentos de esquerda no Brasil e na América Latina. O governo Bolsonaro acirrou ainda mais as divisões políticas, com o uso das redes sociais para disseminar informações e mobilizar apoiadores, intensificando o confronto entre grupos políticos.

Atualmente, a polarização política no Brasil é visível não apenas nas esferas partidárias, mas também no cotidiano da sociedade. Grupos que se identificam com a direita e a esquerda se enfrentam constantemente em debates públicos, redes sociais e até mesmo em manifestações de rua. A tensão entre os dois polos se reflete nas escolhas eleitorais, nas pautas políticas e nas reações a crises econômicas e sociais. Esse clima de animosidade política, alimentado por uma retórica agressiva de ambos os lados, tem dificultado a construção de um diálogo construtivo e a busca por consensos em temas centrais para o país.

Nesse contexto, na atualidade, a polarização no Brasil é um reflexo das transformações históricas e das disputas ideológicas que marcaram o país nas últimas décadas. Desde a redemocratização, passando pela ascensão do PT, a crise econômica e o impeachment de Dilma Rousseff, até à vitória de Jair Bolsonaro. O Brasil tem vivenciado um cenário de acirramento entre os polos político-ideológicos. Com a ascensão de movimentos de direita e de esquerda que é algo natural e faz parte do processo democrático. Entretanto, é essencial que a sociedade busque novas formas de diálogo e consenso, para superar as divisões e trabalhar em prol de um futuro mais coeso e democrático para o país.

O Impacto Direto das Fake News na Polarização Partidária

Para melhor entender esse processo de polarização no Brasil é necessário entender o papel das redes sociais últimos anos, com a propagação de informações falsas, mais conhecidas como fake news, que tem se tornado uma das maiores problemáticas para a democracia e para o debate público. As fakes news são conteúdos criados ou distorcidos de forma deliberada para enganar, manipular ou influenciar a opinião pública. Esse fenômeno tem gerado consequências profundas, especialmente no contexto político, onde contribui significativamente para a polarização partidária, dificultando a construção de consensos e



ampliando a divisão entre diferentes grupos ideológicos.

Nesse raciocínio, às fake news têm um papel fundamental na criação de narrativas políticas que distorcem a realidade, favorecendo certos grupos ou ideologias em detrimento de outros. Por meio da manipulação de informações, essas narrativas reforçam estereótipos e preconceitos, alimentando visões de mundo extremadas. Ao se espalharem rapidamente nas redes sociais, essas informações falsas criam bolhas informativas, nas quais os indivíduos ficam isolados em ambientes que só reforçam suas crenças, sem contato com outras perspectivas. Isso resulta em um enfraquecimento do debate público e na construção de uma realidade distorcida, onde os fatos são moldados de acordo com interesses políticos específicos.

As redes sociais e outras plataformas digitais desempenham um papel central na amplificação das fake news. A estrutura algorítmica dessas plataformas favorece conteúdos que geram mais engajamento, como posts sensacionalistas, emocionais e polarizadores. Como resultado, as fakes news tendem a se espalhar mais rapidamente do que informações verificadas, alcançando uma audiência fora do comum em questão de minutos. Além disso, as redes sociais criam espaços de interação onde as pessoas podem se conectar com outras que compartilham visões semelhantes, mas raramente se expõem a opiniões divergentes. Esse fato intensifica ainda mais a polarização, pois as discussões se tornam mais centradas nas divergências do que nas convergências, criando uma sociedade cada vez mais dividida.

A eleição de 2018 no Brasil é um exemplo emblemático de como as fakes news podem ter um impacto direto na polarização partidária e na dinâmica política de um país. Durante o período eleitoral, uma série de informações falsas circulou de forma viral nas redes sociais, muitas vezes com o objetivo de atacar candidatos, desacreditar propostas políticas ou questionar a integridade do processo eleitoral. Essa desinformação não apenas distorceu os fatos, mas também gerou desconfiança e acirrou os ânimos entre os eleitores, aprofundando as divisões ideológicas no país.

Nessa lógica, outro episódio marcante ocorreu em 2023, quando extremistas invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília, no ataque que ficou popularmente conhecido como o “8 de janeiro”. Esse evento no qual é o motivo desse estudo teve como uma de suas causas principais a propagação de fake news sobre uma suposta fraude nas eleições de 2022. Os grupos que acreditavam nessas informações falsas foram alimentados por uma narrativa que deslegitimava os resultados eleitorais e incitava a violência. O ataque em si, assim como os eventos subsequentes, foi um reflexo claro de como a desinformação pode se transformar em ação política e social, comprometendo a estabilidade e a integridade das instituições democráticas.



As notícias falsas são um fenômeno complexo que afeta diretamente a polarização partidária e o funcionamento da democracia. Elas não apenas distorcem os fatos e criam narrativas enganosas, mas também aprofundam as divisões ideológicas, tornando mais difícil o diálogo entre diferentes grupos políticos. As plataformas digitais, ao amplificar essas informações, contribuem para o fortalecimento dessas divisões e dificultam a construção de um espaço público saudável. Casos como as eleições de 2018 e o ataque de 8 de janeiro ilustram claramente o impacto real das fake news, demonstrando como a desinformação pode desestabilizar tanto o debate político quanto as instituições democráticas. O combate às fake news exige um esforço conjunto de toda a sociedade, incluindo ações mais eficazes de verificação da informação e maior conscientização sobre o consumo responsável de notícias.



Imagen I: charge reprodução - Nando Motta.site - <https://www.brasildefatomg.com.br/2025/01/17/nao-subestimemos-o-poder-da-mentira-em-larga-escala>

A imagem acima ilustra de forma abstrata a diferença entre liberdade de expressão e a disseminação de informações falsas. A liberdade de expressão é um direito fundamental de cada indivíduo de compartilhar suas opiniões e ideias sem censura, sendo essencial para o funcionamento de uma democracia. Em contraste, as fakes news são informações falsas ou distorcidas, frequentemente espalhadas com a intenção de manipular ou enganar o público. Dessa forma, não se pode utilizar a liberdade de expressão como justificativa para difamar ou prejudicar a imagem de outra pessoa. A principal distinção entre os dois conceitos é que, enquanto a liberdade de expressão assegura o direito de manifestar ideias, notícias falsas buscam distorcer a realidade, prejudicando tanto indivíduos quanto a sociedade.



O Papel das Redes Sociais na Radicalização política

Nos últimos anos, as redes sociais desempenharam um papel cada vez mais significativo no cenário político e social do Brasil. Essas plataformas, que inicialmente foram vistas como ferramentas para aproximar as pessoas e fomentar o compartilhamento de informações, também têm sido responsáveis pelo crescimento de grupos extremistas e pelo aumento da polarização ideológica no país. A maneira como as redes sociais facilitam o recrutamento e a organização de grupos radicais precisa ser compreendida à luz das suas características de funcionamento e da forma como as interações virtuais contribuem para a formação de visões extremas. Para melhor compreensão desse assunto, o livro “A Sociedade em Rede” do sociólogo espanhol Manuel Castells explora como as redes digitais e a globalização estão moldando a sociedade contemporânea, alterando a forma como as pessoas se relacionam. “As redes digitais moldam a política e a sociedade, destacando o papel das tecnologias de comunicação na formação de movimentos políticos e na radicalização das ideologias” (CASTELLS, 2009, p. 52).

No livro citado, Castells explora como a internet e as redes sociais desempenham um papel central na criação de novas formas de comunicação e mobilização política. Ele argumenta que as redes digitais não apenas facilitam a troca de informações, mas também criam espaços para a formação de comunidades e movimentos sociais. No entanto, essas plataformas também têm o potencial de intensificar a polarização e a radicalização, pois permitem que indivíduos e grupos se conectem com pessoas que compartilham crenças extremas e se afastem de visões divergentes. Nesse sentido, Castells, enfatiza que as redes sociais são ferramentas poderosas na construção de identidade e na mobilização política. Contudo, ele alerta que esse potencial pode ser explorado para fomentar narrativas polarizadoras, espalhar desinformação e criar câmaras de eco, onde os usuários são expostos principalmente a conteúdos que reforçam suas crenças existentes. Isso pode intensificar a radicalização política, uma vez que as pessoas se sentem mais justificadas a adotar posturas extremas, muitas vezes sem considerar outras perspectivas.

Nesse contexto, um dos principais fatores que explicam esse fenômeno é a criação de “bolhas informativas”, um conceito que se refere ao ambiente virtual onde os indivíduos se cercam de conteúdos que reforçam suas crenças preexistentes. Nessas bolhas, os usuários acabam sendo expostos principalmente a informações que corroboram suas visões de mundo, excluindo a possibilidade de contato com perspectivas diferentes. Isso cria um isolamento ideológico e uma distorção da realidade, dificultando o diálogo entre campos opostos e fomentando o distanciamento social. No contexto brasileiro, isso tem se mostrado ainda mais intenso nas eleições e em momentos de crise política, com polarização atingindo níveis extremos.



Todavia, a facilidade de disseminação de conteúdo sem a devida verificação, aliada ao anonimato que as plataformas digitais proporcionam, torna a propagação de ideias radicais e violentas mais acessível. Grupos extremistas, de diferentes pensamentos, encontram nas redes sociais um terreno fértil para recrutar novos membros, organizar protesto e em alguns casos, incitar ações violentas. Exemplos disso são as campanhas de difamação, as fakes news como já foi argumentado, os ataques virtuais direcionados a figuras públicas, grupos minoritários e até mesmo instituições democráticas.

A eficácia da radicalização nas redes sociais não se limita apenas à propagação de ideias; ela também cria um ambiente onde é mais fácil para os indivíduos se sentirem parte de um movimento maior, com um senso de pertencimento e de “luta por uma causa justa”. Isso, por sua vez, gera um ciclo de radicalização, onde as pessoas se tornam mais intensamente envolvidas e mais dispostas a defender seus pontos de vista, muitas vezes à custa do respeito à pluralidade de ideias e ao debate construtivo.

Portanto, o papel das redes sociais na radicalização não pode ser subestimado. Elas representam tanto uma oportunidade quanto um risco. O desafio para a sociedade brasileira é encontrar formas de equilibrar o livre fluxo de informações com a necessidade de proteger a democracia e a convivência pacífica, enfrentando a crescente onda de discursos de ódio e intolerância que ameaça a coesão social.

A Violação das Normas Democráticas e o Golpe de 8 de janeiro

Primeiramente, é necessário refletir sobre o que entendemos por “normas democráticas”. A democracia não se resume ao simples exercício do voto, embora esse seja seu componente central. Ela envolve um conjunto de práticas que garantem a proteção dos direitos individuais e coletivos, o respeito à pluralidade de opiniões, a independência dos poderes e a liberdade de expressão. Nesse contexto, a violação das normas democráticas ocorre quando essas práticas são desrespeitadas, seja por meio de ações autoritárias, seja por tentativas de subverter a ordem legal estabelecida. A tentativa de golpe efetuada no dia 8 de janeiro, representou uma vontade de destruir o sistema democrático e restaurar uma ordem política que muitos consideravam perdida após as eleições de 2022. Embora alguns setores tentem minimizar o impacto do evento, alegando que se tratou de uma manifestação legítima de descontentamento, é inegável que a ação foi uma afronta direta à constituição, à soberania das urnas e à própria ideia de alternância de poder.

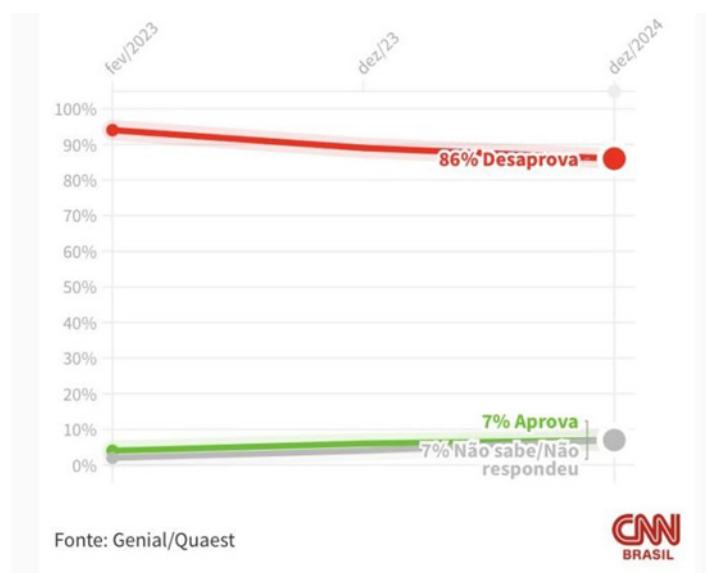
Nesse sentido, a violação das normas democráticas não se limita apenas ao ato de invasão, mas também ao ataque à legitimidade do processo eleitoral e à ameaça ao princípio fundamental da soberania popular. O ataque, representou uma grave violação das normas



democráticas e constituiu um reflexo da profunda crise política e institucional que o país vivia, ou seja, em um contexto de polarização extrema, com tensões entre grupos fanáticos, setores da sociedade e o próprio governo, o episódio teve um impacto devastador, não apenas no cenário político, mas também nas instituições democráticas que sustentam o Estado de Direito. O ataque foi uma tentativa clara de desestabilizar a democracia brasileira, colocando em risco a estabilidade do sistema republicano.

Entretanto, a utilização do termo “golpe” também nos leva a questionar as múltiplas narrativas que tentam moldar a percepção do que ocorreu naquele dia. Para alguns, trata-se de uma reação desesperada de uma parcela da população insatisfeita com o resultado das eleições, enquanto outros consideram o evento como um claro ataque à democracia, impulsionado por setores extremistas que se recusam a aceitar o veredito das urnas. O risco dessas narrativas é que elas podem ser instrumentalizadas para criar diversas interpretações, enquanto um lado usa esse evento como algo para se orgulhar por mostrar a força do povo, o outro lado usa o acontecimento como algo sem precedentes que não pode ser julgado sem anistia. Porém, essas ideias irão variar de acordo com a posição política de quem as promove.

Todavia, vale a observação que ao classificar o episódio exclusivamente como um “golpe” sem considerar as camadas subjacentes de mobilização e apoio a ele, podemos perder de vista um contexto mais amplo de uma democracia que vem sendo gradualmente enfraquecida por discursos que deslegitimam suas instituições. Nessa lógica, a (CNN) fez uma pesquisa para tentar entender o número de aprovações e rejeição dos atos cometidos no dia 8, em pesquisa 86% dos brasileiros desaprovam as invasões e ainda de acordo com a pesquisa, 7% dos entrevistados aprovam os atos antidemocráticos. Outros 7% não souberam ou não responderam ao levantamento.





Às vésperas dos dois anos dos atos de 8 de janeiro de 2023, um levantamento Genial/Quaest divulgado nesta segunda-feira 06/01/2025 às 08:43 | mostra que 86% dos brasileiros desaprovam as invasões às sedes dos Três Poderes que ocorreram na data. À época, vândalos invadiram e depredaram a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF), além do Palácio do Planalto, sede do Executivo. Ainda de acordo com a pesquisa, 7% dos entrevistados aprovam os atos antidemocráticos. Outros 7% não souberam ou não responderam ao levantamento. Foram ouvidas 8.598 pessoas entre os dias 4 e 9 de dezembro. A margem de erro é de um ponto percentual, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. Lucas Schroeder, da CNN, São Paulo.

O impacto desse ataque foi profundo. As instituições democráticas brasileiras, que haviam passado por décadas de consolidação e fortalecimento, sofreram um ataque direto à sua credibilidade e funcionamento. A violação do Congresso Nacional, o incêndio no Palácio do Planalto e a invasão do STF não foram apenas ataques simbólicos, mas também agressões às normas e processos que garantem a separação de poderes, o devido processo legal e o exercício do voto popular. Esses ataques comprometem o próprio alicerce do Estado de Direito, um dos princípios mais fundamentais da democracia. Além disso, o evento trouxe à tona o risco de retrocessos significativos em relação ao Estado de Direito no Brasil.

A resposta das autoridades e da sociedade civil ao ataque foi crucial para a manutenção da democracia. O sistema de justiça, os órgãos de segurança pública e a sociedade civil reagiram de forma rápida e eficiente, condenando os ataques e mobilizando-se para garantir a responsabilização dos envolvidos. O governo federal, as forças armadas e a Polícia Federal agiram para restaurar a ordem e proteger os três poderes. Além disso, manifestações de apoio à democracia e à Constituição, tanto no Brasil quanto no exterior, demonstraram o compromisso de amplos setores da sociedade civil com a preservação das liberdades democráticas.

Dessa maneira, segundo o noticiário R7 a maior parte dos danos é referente às obras de arte, sendo o quadro ‘As Mulatas’, de Di Cavalcanti, o mais caro, estimado em R\$ 3,2 mil. A crise política que gerou o ataque de 8 de janeiro também expôs fragilidades nas estruturas de segurança e na resposta institucional a situações extremas, o que levou a um questionamento sobre a capacidade das autoridades em proteger o Estado democrático de direito e as instituições que garantem a convivência pacífica e democrática.



Imagen II: Prédio do STF depredado após atos golpistas do dia 8 de janeiro. Crédito: Fellipe Sampaio/SCO/ST site: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/um-ano-do-8-de-janeiro-balancos-e-consequencias>

Os atos de vandalismo ao palácio do planalto em 8 de janeiro causaram um prejuízo de no mínimo, R\$ 4,3 milhões, segundo um levantamento da Presidência da República. O valor total dos danos, no entanto, pode ter sido maior, uma vez que o governo não conseguiu mensurar o valor de algumas obras, objetos e móveis danificados. Os dados da Presidência foram enviados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional que investiga os episódios daquele dia. Segundo o governo, a maior parte dos danos é referente às obras de arte que foram depredadas. Até hoje, algumas delas não foram totalmente restauradas. De acordo com a Presidência, 24 bens móveis com importância histórica e artística foram danificados, mas o governo só conseguiu levantar o valor de 15 deles. Os itens foram avaliados em R\$ 3,5 milhões. O mais caro foi o quadro “As Mulatas”, de Di Cavalcanti, estimado em R\$ 3,2 milhões. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a obra foi danificada com sete perfurações na parte central do suporte, possivelmente, feitas com auxílio de uma pedra portuguesa. BRASÍLIA Augusto Fernandes, do R7, em Brasília.

As lições aprendidas com o golpe de 8 de janeiro são numerosas. Primeiramente, ficou claro que a democracia deve ser constantemente defendida e protegida, especialmente em tempos de crise política. O ataque evidenciou a necessidade de uma maior vigilância sobre as narrativas que incitam a violência e a desinformação, que alimentam a polarização e enfraquecem as bases da democracia. Além disso, destacou a importância da união entre as instituições para garantir a segurança jurídica e a integridade do processo eleitoral, prevenindo futuras tentativas de subversão.

Em última análise, o episódio de 8 de janeiro de 2023 deixou uma marca profunda na história política do Brasil, revelando as fragilidades do sistema democrático e os riscos de retrocessos autoritários. No entanto, também serviu como um alerta para a necessidade de



fortalecer as instituições, promover o diálogo e, acima de tudo, reafirmar o compromisso com os princípios democráticos que sustentam a sociedade brasileira. Entendido! Vou escrever novamente com calma e clareza.

Riscos para a Estabilidade Democrática no Brasil

A democracia brasileira enfrenta diversos riscos que ameaçam sua estabilidade tanto no curto quanto no longo prazo. Esses desafios não são novos, mas se intensificaram nos últimos anos devido à crescente polarização política, a desconfiança nas principais instituições e os episódios de agressões às normas democráticas. O Brasil, a cada dia, enfrenta a necessidade urgente de superar esses obstáculos para garantir a continuidade do processo democrático e preservar o Estado de Direito.

Imediatamente, um dos maiores desafios para a democracia no Brasil é a polarização política extrema. Este fenômeno tem aprofundado divisões sociais e políticas, tornando difícil o diálogo entre os diferentes grupos que formam o espectro político. Quando a política se torna um campo de confronto entre “nós” e “eles”, o debate construtivo fica em segundo plano, e as discussões tendem a se transformar em ataques pessoais e desqualificação mútua. Esse cenário enfraquece as bases da democracia, uma vez que impede que se chegue a consensos fundamentais para o desenvolvimento do país.

A longo prazo, o Brasil enfrenta o desafio de consolidar suas instituições democráticas diante da crescente desconfiança da população. A resistência em aceitar os resultados das eleições, o questionamento das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e o descrédito em relação ao Congresso Nacional são sinais claros de que a democracia brasileira precisa de uma renovação no seu pacto social. A falta de consenso sobre a legitimidade das instituições e do processo eleitoral, por exemplo, pode levar a uma fragmentação política ainda mais grave, comprometendo a estabilidade governamental e a confiança popular no Estado de Direito.

A desconfiança nas instituições, especialmente no STF, no Congresso e nas eleições, tem crescido consideravelmente. O STF, frequentemente alvo de ataques políticos, tem sido questionado por sua independência, o que enfraquece sua autoridade e coloca em risco a proteção dos direitos fundamentais. Alguns segmentos da sociedade têm defendido a ideia de que o STF interferiria indevidamente nas decisões políticas, o que prejudica a percepção de que o tribunal atua exclusivamente com base na Constituição e nas leis.

Por outro lado, o Congresso Nacional, por ser composto por múltiplos partidos com interesses diversos, é frequentemente visto como ineficaz e até mesmo incapaz de legislar



de forma adequada para o país. Esse descrédito no poder legislativo tem alimentado o sentimento de que as instituições democráticas estão distantes das necessidades da população, o que pode resultar em uma apatia política generalizada.

Além disso, a propagação de fake news e a disseminação de teorias da conspiração, especialmente durante e após os processos eleitorais, têm alimentado a ideia de que o sistema eleitoral brasileiro seria fraudulento ou injusto. Embora não haja evidências substanciais que comprovem fraudes em eleições passadas, a desinformação tem gerado um ambiente de desconfiança em relação ao sistema democrático, o que representa um risco real para a integridade dos processos eleitorais no futuro.

Incentivar o Diálogo e a Empatia

A polarização política no Brasil tem gerado um ambiente onde o diálogo construtivo entre diferentes ideologias parece cada vez mais raro. As divisões ideológicas exacerbadas dificultam a troca de ideias e criam um espaço onde a discordância se transforma em hostilidade. Incentivar o diálogo entre os grupos políticos e sociais é, portanto, uma das soluções mais urgentes. Isso não significa que todos devam concordar, mas que a capacidade de escutar o outro, entender seu ponto de vista e encontrar pontos de convergência seja cultivada. O respeito pela diversidade de opiniões é essencial para restaurar a confiança e promover a colaboração entre os diferentes setores da sociedade.

A empatia é um componente fundamental dessa prática. Ao buscar compreender o outro em vez de apenas refutá-lo, criamos um espaço mais saudável para o debate. A empatia não exige concordância, mas sim a capacidade de reconhecer a humanidade do outro, suas razões e preocupações. Quando as pessoas se sentem ouvidas e respeitadas, estão mais dispostas a engajar em conversas construtivas e menos inclinadas a se posicionar de maneira defensiva ou agressiva. Em vez de uma guerra de palavras, o diálogo se torna uma ferramenta de aprendizado mútuo, essencial para a coesão social.

Programas de mediação de conflitos e espaços para debates interruptos podem ser criados, tanto em esferas formais quanto informais. Esses espaços devem ser facilitados por mediadores treinados que garantam a equidade no discurso, sem deixar que um lado domine o outro ou que os debates se tornem agressivos. Ao criar essas oportunidades de interação, é possível diminuir a desconfiança e fomentar uma cultura de respeito e colaboração. Os cidadãos precisam entender que, embora as diferenças políticas sejam naturais, a construção de soluções eficazes exige um esforço conjunto.



Fortalecer a Educação Cívica e Política

A educação cívica é um dos pilares para a construção de uma sociedade mais madura politicamente, capaz de lidar com suas diferenças de maneira construtiva. A falta de compreensão sobre os fundamentos do Estado de direito, das instituições democráticas e do processo político é um fator que contribui para o aumento da polarização. Quando os cidadãos não compreendem a importância da democracia ou não sabem como seu voto e sua participação política afetam a sociedade, tendem a se envolver em debates ruidosos e sem propósito. Por isso, é essencial que a educação cívica seja integrada ao currículo escolar desde cedo.

Além da educação formal, a sociedade civil também desempenha um papel crucial na formação cívica. Iniciativas para educar o público sobre como funciona o sistema eleitoral, a importância da participação ativa e o valor do respeito às leis e normas democráticas devem ser estimuladas. Isso inclui a promoção de palestras, workshops e debates em espaços públicos, escolas e universidades, proporcionando oportunidades de aprendizado contínuo sobre a importância da democracia. A educação cívica deve abordar não apenas o funcionamento das instituições, mas também questões como tolerância, respeito pela pluralidade de opiniões e a importância do voto consciente.

A educação política também deve incentivar a reflexão crítica. Em vez de ser apenas discursos partidários ou ideológicos, a educação deve instigar os alunos e cidadãos a questionarem, pensarem de forma independente e entenderem as implicações das suas escolhas políticas. O ensino de habilidades de pensamento crítico pode ajudar a combater as narrativas extremistas e a simplificação excessiva das questões políticas, que muitas vezes alimentam a polarização. Um público bem-informado tem maior capacidade de discernir as questões de forma equilibrada, rejeitando os extremos e buscando soluções colaborativas.

Combater a Desinformação e as Fake News

A desinformação é um dos maiores catalisadores da polarização política no Brasil. As fakes News criam narrativas distorcidas que manipulam a opinião pública, alimentando a desconfiança nas instituições democráticas e entre os cidadãos. A internet, e especialmente as redes sociais, amplificam esse fenômeno, permitindo que informações falsas se espalhem rapidamente sem a devida verificação. Por isso, uma das soluções mais urgentes para combater a polarização é o enfrentamento da desinformação, com ações que envolvam tanto o setor privado quanto o público.

Uma das abordagens principais para combater a desinformação é a criação de mecanismos



mais rigorosos de verificação de fatos, tanto nas plataformas de mídia social quanto em outros meios de comunicação. As plataformas digitais devem ser responsabilizadas por permitir a disseminação de conteúdos enganosos e devem investir em tecnologias que ajudem a identificar e sinalizar informações falsas. Isso inclui algoritmos que priorizem fontes confiáveis e destacam conteúdos que foram verificados por jornalistas e agências independentes de fact-checking. Dessa forma, a transparência e a responsabilização podem ser fortalecidas.

Além disso, é essencial que as instituições públicas e privadas colaborem para educar os cidadãos sobre como identificar fake news e desinformação. A promoção de campanhas de conscientização nas escolas e na mídia, bem como a capacitação das pessoas para navegar criticamente nas redes sociais, são ações fundamentais para reduzir a vulnerabilidade à desinformação. A formação de cidadãos mais críticos e atentos ao conteúdo que consomem é uma medida preventiva que contribui diretamente para a diminuição da polarização.

Nessa lógica, é importante entender que o combate à desinformação não se limita a uma questão de regulamentação das plataformas ou à responsabilização de indivíduos. A solução também passa por uma mudança cultural, em que a sociedade valorize a busca pela verdade, a transparência e a ética no compartilhamento de informações. Só assim será possível garantir que as discussões políticas sejam baseadas em fatos.

Promover a Responsabilidade das Lideranças

A responsabilidade das lideranças políticas é um fator determinante na superação da polarização. Líderes que adotam posturas extremistas ou que se aproveitam das divisões sociais para angariar apoio, alimentam o ciclo da intolerância e da radicalização. Em vez de buscar o consenso e a reconciliação, esses líderes exploram as diferenças, ampliando a animosidade entre os grupos. Por isso, é essencial que as lideranças políticas, em todos os níveis, se comprometam com a verdade, com o respeito à democracia e com a busca de soluções que atendam ao interesse coletivo, e não a interesses partidários ou pessoais.

Além disso, os líderes devem dar o exemplo ao promover o respeito pelas instituições democráticas e pelo Estado de direito. As atitudes e discursos dos líderes têm um grande impacto sobre como a população se comporta politicamente. Quando os líderes se engajam em discursos de ódio ou de desinformação, isso pode estimular comportamentos similares na sociedade, intensificando as divisões. Ao contrário, líderes que promovem o diálogo, a colaboração e o respeito pelo processo democrático podem ajudar a criar um ambiente de maior compreensão e cooperação entre diferentes grupos.

A promoção de uma liderança responsável também passa pela transparência nas ações



e decisões políticas. As lideranças devem ser claras em suas intenções e justificativas, permitindo que a população compreenda as razões por trás de suas escolhas políticas. Isso não só aumenta a confiança nas instituições, mas também diminui a especulação e a desinformação. Uma liderança transparente é uma liderança que inspira confiança e contribui para a coesão social, essencial para a superação da polarização.

O Caminho a Seguir

Para garantir a estabilidade democrática, é necessário que as instituições brasileiras fortaleçam sua credibilidade e o compromisso com a Constituição. É fundamental que o STF, o Congresso e outros órgãos do governo continuem a agir com independência e que as leis sejam cumpridas rigorosamente. Ao mesmo tempo, deve-se promover a educação política, esclarecendo a população sobre a importância da democracia e combatendo a desinformação que mina a confiança nas instituições.

Além disso, a sociedade civil tem um papel central na defesa da democracia. Movimentos sociais, organizações não governamentais e a mídia independente devem continuar a pressionar as autoridades para que respeitem os direitos civis e políticos e protejam o Estado de Direito. A união entre as diversas partes da sociedade é essencial para evitar que a polarização política se transforme em um campo de guerra civil.

A estabilidade democrática do Brasil depende de um compromisso coletivo com os valores democráticos e com o respeito às instituições. Somente com o fortalecimento das normas democráticas, a promoção do diálogo político e a manutenção da justiça eleitoral será possível garantir que o Brasil siga no caminho da paz, da justiça e do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. 8 de janeiro: o dia que abalou o Brasil. YouTube, 8 jan. 2023. Disponível em: [\[https://youtu.be/MxciQQRUMNk?si=eLSvqVpR0RSNSgr7\]](https://youtu.be/MxciQQRUMNk?si=eLSvqVpR0RSNSgr7). Acesso em: 26 fev. 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



FERNANDES, Augusto. Ataque ao Planalto em 8 de janeiro deixou prejuízo de R\\$/ 4,3 milhões, diz Presidência. R7, Brasília, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasilia/ataque-ao-planalto-em-8-de-janeiro-deixou-prejuizo-de-r-43-milhoes-diz-presidencia-29062023/#>. Acesso em: 26 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

SCROEDER, Lucas. 86% dos brasileiros desaprovaram invasões em 8 de janeiro.

CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/86-dos-brasileiros-desaprovam-invasoes-do-8-de-janeiro-diz-quaest/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SENADO NOTÍCIAS. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Agência Senado, 28 dez. 2016. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 26 fev. 2025.